

Eurico de Deus Corvacho

(Oficial de Artilharia do Exército Português)

1961 – Junho.15

Ao princípio da tarde, zarpa do cais fluvial de Alcântara o N/M "Uíge", arvorado em transporte de tropas com destino a Angola, incluindo a CPM150 mobilizada pelo RL2-Ajuda e comandada pelo capitão de cavalaria António Carlos Dias Antunes, na qual se integra Eurico de Deus Corvacho, nascido em Torre de Moncorvo, alferes de artilharia.

1961 – Junho.26

Ao início da manhã, a CPM150 desembarca em Luanda.

1963 – Setembro.16

Com o posto de tenente, Eurico Corvacho conclui a sua primeira comissão ultramarina; no entanto, mantém-se em Angola (de onde regressa à Metrópole em Set65, promovido a capitão).

1966 – Novembro.12

No estuário do Tejo o NTT "Niassa" larga rumo a Bissau, com um contingente militar onde se integra o capitão Corvacho, «oficial de pessoal e reabastecimento» do BArt1896, mobilizado pelo RAP2.

1966 – Dezembro.25

No litoral sudoeste da Guiné, passa a comandar a CArt1613, subunidade orgânica do citado batalhão.

A **CArt 1613** seguiu em 03Dez66 para a região de S. João, onde permaneceu até 15Jan67, a fim de efectuar uma instrução de adaptação operacional sob orientação do BCaÇ 1860 e tomar parte em operações realizadas naquela área.

Em 02Fev67, seguiu para Teixeira Pinto, tendo sido atribuída em reforço do BCav 1905, instalando-se, de 08 a 13Fev67, em Jolmete com vista à realização de uma operação naquela zona de acção, após o que recolheu a Bissau; em 05Mar67, seguiu novamente para o sector do BCav 1905 a fim de efectuar operações na região do Jol, até 28Mai67.

Em 30Abr67, seguiu para Buba, a fim de reforçar o dispositivo do seu batalhão com vista à intensificação do esforço na região do Forreá e actuar sobre a linha de infiltração do Guileje, com um pelotão destacado para Cumbijã, em reforço da guarnição local; em 02Mai67, mantendo o pelotão em Cumbijã, foi instalada em Colibuia, dentro da mesma missão anterior e onde substituiu um pelotão da CCaÇ 1622.

Em 30Jun67, foi transferida para Guileje, para onde já se deslocara o pelotão de Cumbijã, em 17Jun67, rendendo naquele subsector a CCaÇ 1477; em 13 e 28Mai68, após substituição pela CCaÇ 2316, foi transferida para Buba, a fim de colmatar a saída anterior da CCaÇ 1591 na missão de subunidade de intervenção e reserva do sector e destacando um pelotão para garantir Nhala.

Em 14Jul68, vindo a ser substituída mais tarde pela CCaÇ 2381, seguiu para Bissau, onde colaborou na segurança e protecção das instalações e das populações da área, em reforço dos efectivos do BCaÇ 2834 até ao seu embarque de regresso.

– «No dia 25 de Dezembro vieram dois helis com oficiais que indagaram, investigaram, fotografaram e regressaram a Bissau sem o Cap Corvacho, que ficou a comandar, interinamente, a companhia. [...] O primeiro acto de comando do Capitão Corvacho foi mandar formar a companhia. A sua breve alocução resumiu-se a: "Estou aqui para vos comandar até à chegada do novo comandante que há-de vir da Metrópole. Enquanto esta situação se mantiver vou exigir-vos o máximo e dar-vos todo o meu apoio. A minha primeira exigência fica já aqui. O que se passou esta noite foi uma tragédia que, contada e recontada, pode vir a sofrer deturpações que em nada favorecem a companhia. Por isso não vos peço que esqueçam, mas sim que não alimentem as coscuvilhices de Bissau e acho que a melhor resposta que podemos dar aos curiosos é: isso é um assunto interno da companhia, ponto final." Mandou destroçar e convocou os oficiais e sargentos para uma reunião. Disse-nos que queria o pessoal o mais ocupado possível. Que fossem à lenha, que fossem jogar a bola, que fossem banhar-se na praia, e que o resto do programa de treino operacional era para cumprir no duro. [...]

Em princípios de Janeiro de 1967, a CArt1613 que regressou a Brá para ficar como companhia de intervenção à ordem do comando-chefe, era outra. Entretanto chegou a Bissau o oficial nomeado para comandar a companhia, o Capitão de Artilharia Lobo da Costa, e gerou-se um pandemónio dos diabos. Eu nunca tinha visto, nem achava possível, uma manifestação de soldados. Mas o que é certo é que, por organização espontânea, a "minha tropa" foi postar-se frente ao gabinete do comando do batalhão a gritar: "O nosso comandante / é o capitão Corvacho". Com a voz embargada pela comoção o capitão Corvacho disse-lhes: "Vocês não sabem o que me estão a pedir... mas fico na companhia. Vou trocar as funções com o vosso novo comandante. Ponham-se a andar". Toda a companhia, desde o básico ao alferes mais antigo, compreendeu aquela decisão do homem que trocava o sossego da Messa e da Gestetner (máquinas dactilográficas e policopiadoras), pela terrível G3.

Seguiu-se um período de cerca de quatro meses de "vai e volta". A companhia, aquartelada em Brá, era mandada para os mais diferentes pontos do território, andava por lá dez, quinze dias, e voltava estoirada, mas com um sentimento de dever cumprido cuja expressão máxima era o uso, em qualquer dos uniformes, do Lenço Verde que nos tinha calhado em sorte ainda em Viana do Castelo (todas as companhias do batalhão tinham o seu, de cores diferentes).

Foi numa dessas operações, na área de Pelundo/Jolmete, zona de responsabilidade dum Batalhão de Cavalaria sediado em Teixeira Pinto, que a CArt1613 mais se notabilizou, tendo o comandante do BCav atribuído ao Cap Corvacho um extenso louvor que deu origem à condecoração com a Medalha de Cruz de Guerra de 2ª [ie, 3ª] Classe. Ironicamente, saliento que o "meu Capitão" tinha a postura característica do anti-herói que o cinema nos impinge e afinal a Pátria consagrou-o como Herói.

E para adensar a narrativa acrescento que o Cap Corvacho estava, nessa altura, em litígio com as chefias militares, porque no dia em que completou oito anos de serviço como oficial, requereu, ao abrigo do EOE (Estatuto do Oficial do Exército), a sua passagem ao escalão de Complemento (milicianos) desligando-se assim da actividade militar. Com "torneados e floreados" foi-lhe indeferida a pretensão. Só eu e poucos graduados tínhamos conhecimento desta faceta. Este revés provocou-lhe uma imensa raiva interior, mas em nada buliu na sua condição de militar e o pessoal continuou a seguir o seu capitão até às profundezas do inferno se tal fosse necessário e a cantar, quase como hino, "Eles comem tudo/Eles comem tudo/Eles comem tudo/E não deixam nada" - a canção "Os Vampiros" do Zeca Afonso, proibida no Chiado e arredores, mas difundida em alto som em Guilege, onde "morámos e combatemos" cerca de um ano. [...]

O dia 9 de Setembro [ie, 18 de Agosto] de 1968 foi o do embarque de regresso da CArt1613. [...] Usando a sua influência junto dos seus conhecidos (por sorte o chefe do Serviço de Material tinha sido seu condiscípulo na Academia Militar), em dez ou onze dias colecionamos os carimbos, vistos e despachos para, posteriormente, ficar tudo a zero, com algum ressabiamento do "reles da Bolola".

Duas semanas depois o Niassa voltou e levou o "meu Capitão". Eu fiquei até meados de Outubro. [...]

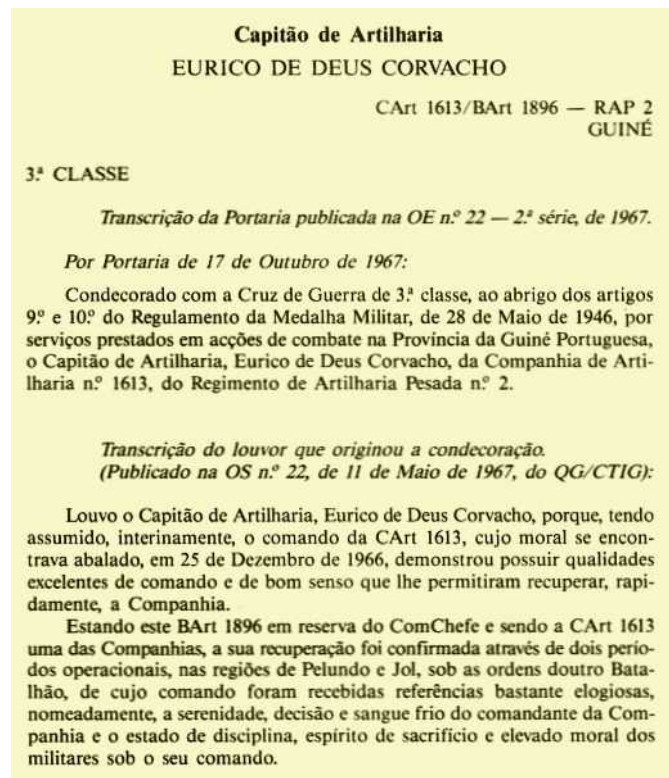
Este, embora descrito a traços largos e descoloridos, foi o Capitão de Artilharia Eurico de Deus Corvacho, ainda hoje o meu Capitão. O seu envolvimento no 25 de Abril de 1974 e período subsequente, considerado, por muitos, algo controverso, para mim foi absolutamente coerente, não obstante o meu modo de ver possa não coincidir com o meu modo de ser.»¹

– «Foi em Guilege que pela primeira ouvi músicas que para nós eram normais, mas que mais tarde verificamos que se tratavam de canções políticas como: "Ao romper a madrugada no quartel da guarda senhor general, mande embora a sentinela mande embora o seu guarda porta!!»²

¹ (José Afonso da Silva Neto (1929-2007), in "O meu capitão, o capitão Corvacho da CArt1613"; publicado em DLXXVI blogueforanada.blogspot.pt/2006_02_19_archive);
² (António Gomes da Cunha, veterano da CArt1613; in blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2010/06/guine-6374-p6520)

1968 – Setembro.9

Regressa a Lisboa o capitão Corvacho, agraciado com uma Cruz de Guerra de 3ª Classe.



1970 – Setembro

Embarca para Luanda o capitão Corvacho, em mais uma comissão de serviço ultramarina.

1972 – Outubro

De Luanda, concluída a sua 4ª comissão ultramarina, o capitão Corvacho regressa à Metrópole e fica colocado no QG/RMN-Porto, como «comandante da CCS e do Esquadrão de Polícia Militar».



1974 – Janeiro.28

- «*Em princípios de 74, o “estado maior” do movimento [MFA] no norte tinha por sede o CICA 1 [no Porto], contando entre outros com os maiores [graduados] Eurico Corvacho e Gonçalves Borges [...]. Mantínhamos ligações com a comissão coordenadora operacional [do MFA] em Lisboa e enviámos vários delegados às reuniões efectuadas no sul, em Óbidos [01Dez73], Cascais [05Mar74], etc. Assentou-se que o planeamento no norte era totalmente autónomo, apenas dependendo para a sua execução de um sinal vindo de Lisboa, que seria a seu tempo combinado.*»¹

¹ (Carlos Azeredo, in “O 25 de Abril no Norte de Portugal”; Porto, 20Abr94)

1974 – Março.15

- «*Cerca das 09:00 telefonam do CIOE para o QG/RMN e o oficial-de-dia, capitão Eurico Corvacho, é informado que os “camaradas de Lamego” vão apresentar ao respectivo comandante o problema da demissão de Spínola e Costa Gomes, e querem saber se o pessoal do MFA naquele QG está com eles ou não. Pouco depois voltam a telefonar para o Porto, dizendo que “com vocês ou sem vocês, nós vamos para a frente!”. Em seguida, o capitão Corvacho relata o sucedido ao capitão [Nogueira de] Albuquerque e ambos se dirigem ao CICA 1, onde reúnem com o tenente-coronel Carlos Azeredo, capitães [de infantaria António José Guerra Gaspar] Borges, [Castro] Carneiro e Gonçalves [Borges], e dali comunicam [por telefone] ao CC/MFA o que se está a passar.*»¹
- «*No Porto, logo a seguir ao almoço, reúnem novamente no CICA 1 o tenente-coronel Carlos Azeredo e os capitães [Nogueira de] Albuquerque, [Gaspar] Borges, [Castro] Carneiro, [Eurico de Deus] Corvacho e Gonçalves [Borges], e deliberam que todos os oficiais do MFA devem tomar posição diante dos respectivos comandantes, repudiando as demissões de Spínola e Costa Gomes. Tal conclusão é difundida para diversas unidades da RMN e alguns dos seus comandantes transmitem a decisão para o QG, do que resulta o comandante da RMN general Martins Soares ordenar a imediata retirada do comando das respectivas unidades, ao comandante do RC6 [substituído pelo tenente-coronel de cavalaria João Arriscado Nunes] e ao comandante do RTms coronel [Gonçalo Nuno de Albuquerque] Sanches da Gama. Entretanto, durante a tarde desloca-se do Porto a Lamego o segundo-comandante da RMN brigadeiro Barreto [de Oliveira] que, na messe de oficiais (exterior ao CIOE), tem uma reunião a sós com o comandante daquela unidade. Pouco depois o coronel Amílcar Alves afirma aos delegados do MFA que apoia a sua decisão, dizendo-lhes que “por não ser da confiança do Governo, vai ser compulsivamente transferido para Espinho”, (o que é falso pois antes já havia feito um requerimento nesse sentido); e manda “preparar a unidade e pôr tudo sobre rodas.”»²*

¹ (Dinis Almeida, in “Origens e Evolução do Movimento dos Capitães”); ² (idem, ibidem)

1974 – Abril.16

No RE1-Pontinha, o major Otelo Saraiva de Carvalho explica ao major Eurico Corvacho «a ideia geral de manobra, particularizando as movimentações a levar a cabo na Zona Norte. A pedido de Corvacho, Otelo agrega à RMN as forças do CIOE-Lamego, cometendo-lhes a missão de reforçar as tropas do Porto».

1974 – Abril.25

No Porto, pelas 03:00 uma força militar do CICA1 invade o QG/RMN, cuja ocupação é concluída às 04:10 sob comando do tenente-coronel Azeredo, coadjuvado pelos capitães Albuquerque, Boaventura, Corvacho e Praça, alferes Barbosa, Lopes, Rodrigues, Sousa Pereira e Tavares, aspirantes Henriques, Pego, Praia e Vilhena, mais 80 sargentos e praças, que ali estabelecem o «Posto de Comando do MFA no Norte».

1974 – Abril.26

Segundo consta, o major Corvacho também teria comandado «as forças que ocuparam o Forte de Peniche» ou, pelo menos, «que cercaram o Forte de Peniche».

1974 - Dezembro

No Porto, o CEM/QG-RMN major Corvacho é graduado no posto de coronel.

1975 – Janeiro.25

Ao fim da tarde no Porto, o Palácio de Cristal é cercado por militares e civis esquerdistas, que impedem a saída dos participantes no I Congresso do CDS.

- «*A intolerância política dos militares e civis radicais contra todas as outras correntes de opinião [divergentes da “unicidade” comunista], manifestada permanentemente nesses dias em todos os sectores e principalmente no sindicalismo, economia e educação, culminou no dia 25 de Janeiro de 1975 com o cerco e sequestro no Palácio de Cristal do Porto, de várias centenas de congressistas nacionais e estrangeiros ali reunidos no 1º Congresso do CDS. Durante toda a noite o Congresso esteve isolado sob a ameaça de linchamento e de ataque pelo fogo, chegando os militares de um regimento próximo (CICAP) a transportar bidões de gasolina para incendiar o palácio. Os delegados estrangeiros da Alemanha, Inglaterra, Holanda e Bélgica fizeram insistentes pedidos aos seus governos durante a noite para uma intervenção oficial junto do presidente da República portuguesa. Os telefones não tinham sido cortados, talvez por descuido dos atacantes, que beneficiaram sempre do apoio do coronel Corvacho, comandante [i.e, CEM do QG] da Região Militar do Norte.*»¹

¹ (Ferreira, op.cit pp.456)

1975 – Fevereiro.17

Em Lisboa, a Assembleia dos 200 reúne para decidir formas de consulta aos partidos políticos sobre a institucionalização do MFA.

- «Em 17 de Fevereiro e após a Assembleia do MFA, teve lugar no IAEDN uma reunião a que estiveram presentes: os componentes da JSN (excepto S.Ex^o o PR); os componentes da CCP [comité controlador do Programa do MFA]; o comandante-adjunto do COpCon [major Otelo] e seu CEM [tenente-coronel Artur Fernandes Baptista]; o comandante da RM Porto [brigadeiro Passos de Esmeriz], o seu CEM [coronel graduado Corvacho] e outro oficial [do RI6] da RMP; o chefe da secção de apoio [da 2^oDiv major Domingues Arruda], acompanhado de alguns dos seus oficiais.»¹
- «Ocorreu então em 17 de Fevereiro uma reunião de um grupo restrito do MFA, após uma assembleia [do MFA que se tinha realizado no “Centro de Sociologia Militar”]. Seria para ouvir o que o pessoal das informações do Corvacho tinha conseguido no Norte. As notícias [do infiltrado José Ranito, dono de uma fábrica de ‘pistons’ em Braga], referiam-se à constituição do ELP [em 06Jan75] e à sua organização, aparecendo também o plano que viria a ser executado no 11 de Março: a actuação dos pára-quedistas e o ataque ao RAL1 com aviões. Foi decidido reforçar esse serviço de informações, sendo até atribuídas duas viaturas. [...] Daquela delegação para os contactos com os partidos, fazia parte o Vasco Lourenço e o Franco Charais, que eram bem radicais. [...] Projectava-se a institucionalização do MFA, isto é a oficialização da Assembleia e dos órgãos estruturais do MFA; e considerava-se ser oportuno concretizá-la em Setembro, quando esperávamos estivessem terminados os trabalhos para a elaboração da Constituição. [...] Então, face às referidas ameaças, decidiu-se fazê-la desde logo. Foi proposta no Conselho dos Vinte – julgo que pelo Vasco Lourenço ou pelo Charais –, que a aprovou. Nessa reunião afirmei: “Cuidado, com esta institucionalização do MFA! O bicho está a ser picado e ele vai sair!”. Foi esta a minha previsão do que veio a ser o 11 de Março. [...] Não sabíamos como eles iriam “saltar”, mas disse: “É preciso evitar fazer a mesma asneira cometida no 28 de Setembro. Em vez de prender tipos que nada têm a ver com o assunto, eles agora têm que dar a cara”. Assim, a decisão da institucionalização obrigou a precipitar o 11 de Março. Este golpe estava em “banho maria”, mas com muitas adesões. [...] Queriam que tomasse conta da extinção da PIDE/DGS, então aproveitei uma ideia do [CEME general graduado] Carlos Fabião e disse apenas aceitar, se formasse um serviço com uma missão mais vasta. Assim criaram-se por decreto-lei [i.e, Lei 3/75 publicada] em 19 de Fevereiro, os “Serviços Executivos da JSN”, sendo eu indigitado para director [...], sendo um deles um Serviço de Informações [SDCI]; existia um grupo de apoio à 2^oDiv-EMGFA, que foi destacado [e mantendo-se na chefia o major de artilharia Domingues Arruda] para vir a ser o núcleo desse serviço de informações [Serviço Director e Coordenador das Informações]. [...] Assim, parece-me que o general Spínola enfiou um “barrete” monstruoso com o 11 de Março.»²

¹ (Fisher Lopes Pires, relatório secreto, EMGFA 25Mar75); ² (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Manuel Bernardo)

1975 – Fevereiro.22

Em Lisboa o comandante-adjunto do COpCon brigadeiro graduado Otelo, recebe do CEM/QG-RMP coronel graduado Eurico Corvacho, um «relatório secreto sobre um golpe militar em preparação».

- «Soube da existência de grupelhos que conspiravam, tentando retornar ao antes do 25 de Abril ou, pelo menos, travar a dinâmica revolucionária. Não tive, no entanto, conhecimento de movimentos militares que tivessem conspirado contra o 25 de Abril. Apesar de as informações estarem fundamentadas, o [CEM/QG-RMP major de artilharia Eurico] Corvacho [propositadamente] exagerava um pouco no dramatismo da situação.»¹
- «O então CEM-RMP [coronel graduado] Eurico Corvacho [...], através da apresentação de fotocópias dos “Relatórios de Notícia” que ia recebendo de José Ranito, infiltrado no ELP, confirmou estas informações recolhidas durante todo o mês de Fevereiro. [...] Poder-se-á afirmar que pelo menos um elemento da CIA, se reunia com aqueles elementos civis do norte [...] e o tenente-coronel Vasco Simas, cuja presença nessas reuniões foi confirmada por Rosa Coutinho e Carlos Fabião, através de fotografias tiradas pelo agente infiltrado.»²

¹ (Costa Gomes, op.cit pp.271/2); ² (Bernardo, “Equivocos” vol.II pp.54)

1975 – Fevereiro.28

- «Na manhã de 28 de Fevereiro, efectuou-se no edifício da “Grão-Pará” na Rua Castilho [n^o50, sede dos “Serviços Executivos de Apoio à JSN”], uma reunião a que – além de mim [responsável máximo pela 2^oDiv-EMGFA e adjunto do CEMGFA e PR provisório general Costa Gomes para as informações e segurança] –, estiveram presentes o sr. vice-almirante Rosa Coutinho, o CEME [general graduado Fabião], o comandante-adjunto do COpCon [brigadeiro graduado Otelo] e o seu CEM [coronel Artur Fernandes Baptista], alguns elementos da CCP, o [major de artilharia Domingues Arruda] chefe da Secção de Apoio [da 2^oDiv, que reporta directamente a Rosa Coutinho] e alguns elementos a ela pertencentes, o [major Eurico Corvacho] CEM da RMP e outros oficiais do Porto. Nessa reunião, após uma exposição sobre os pontos já conhecidos [desde a reunião realizada no mesmo local em 17Fev75], foi dada a informação de que havia elementos indicativos de que: muito em breve se iria desencadear o golpe militar contra-revolucionário, de que já tínhamos conhecimento; e [reafirmado] que nele estaria integrado um ataque aéreo ao RAL1, onde seria instalada pelos revoltosos [?!] uma metralhadora antiaérea, para fornecer aos aviões o pretexto necessário para a realização do bombardeamento. Dado que a Secção de Apoio [desde 19Fev75] deixara de estar na minha dependência, encontrando-se presente o seu chefe directo, e que à reunião assistia o comandante-adjunto do COpCon, entendi não dever transmitir qualquer informação sobre o assunto a S.Ex^o o Presidente da República, pois isso caberia a qualquer das duas entidades citadas [Rosa Coutinho ou Otelo].»¹

¹ (Lopes Pires, relatório secreto, Lisboa EMGFA 25Mar75)

1975 – Março.13

- «Na sequência imediata dos acontecimentos do 11 de Março, os militares radicais do MFA dominavam todos os meios de informação e de colheita de dados políticos, incluindo: a 2ª e a 5ª Divisões do EMGFA, que para isso foram ocupadas [i.e, reforçadas] por oficiais subservientes do PCP; os órgãos de deliberação político-militar (Conselho da Revolução e Assembleia do MFA); o COPCon, a Região Militar de Lisboa (Otelo) e a do Norte entregue ao gonzalvista [coronel auto-graduado em] brigadeiro Corvacho; diversas unidades das Regiões Militares do Centro e do Sul [brigadeiros graduados Franco Charais e Pezarat Correia], onde a indisciplina se desenvolvia e onde a poderosa Brigada Mista ao serviço da NATO, na RMC, tinha sido desactivada; a Marinha, que se arvorou em “bastião do gonzalvismo”; e parte da Aviação, que ficara desmantelada depois da intervenção no 11 de Março e já sujeita à indisciplina por parte de sargentos e praças.»¹

¹ (Ferreira, op.cit pp.523)

1975 – Março.22

- «Na célebre assembleia da noite de 11 de Março, chegaram à conclusão que eu não servia para continuar à frente da Região Militar do Norte, por não estar em condições de acompanhar a “vanguarda”. Foi-me comunicada a resolução, acrescentando-se que a minha saída não podia acontecer imediatamente a seguir àquele acontecimento para não se concluir ter sido saneado por isso. Assim, decidiram que ficaria mais duas ou três semanas, mas apenas formalmente. Montaram um esquema em que fiquei completamente marginalizado. [...] Foi a subversão total da caserna. O Corvacho e os seus asseclas criaram uma situação de grande erupção e de perturbação, através da referida subversão da caserna. A parte civil, dadas as circunstâncias do tempo, foi sendo convulsionada em “révanche” à actuação da Igreja, que vinha exercendo o chamado caciquismo paroquial.»¹

Na manhã seguinte no Porto, o CEM da Região Militar coronel graduado Eurico Corvacho convoca para o QG uma conferência de imprensa, que é transmitida em directo pela RTP, durante a qual divulga «prisões e actividades do ELP».

- «Notava-se nas atitudes do brigadeiro [graduado] Corvacho, estar a ser pressionado por uma corrente exterior muito forte, especialmente da DORN do PCP chefiada pelo Ângelo [de Matos Mendes] Veloso, cujo veio de transmissão era exactamente o pessoal da 2ª Repartição [de Informações, controlada pelos MFA's major de infantaria António Luís Nogueira Albuquerque coadjuvado por um capitão do QP e auxiliados por alferes e aspirantes milicianos]. Desse modo era introduzida no QG a orientação depois accionada para as unidades. [...] Houve sempre contestação [ao major Corvacho]. Isso verificava-se nas repartições [do QG], como a de Justiça e a 4ª [Logística e Pessoal], onde trabalhavam oficiais mais antigos e que não concordavam com o seu procedimento. [...] Lembro-me de terem surgido atitudes de apoio a essa insatisfação, da parte de oficiais como: o Freitas, do meu curso; do [major de infantaria Artur da Fonseca] Mota Freitas e do [capitão de infantaria 'ranger' Manuel Joaquim] Sampaio Cerveira, que se encontravam na PSP do Porto; do [capitão de infantaria 'comando' José Humberto] Baptista da Silva e do Pinto Ribeiro [do R18], em Braga; e do capitão de cavalaria Henrique Morais, [que residia no Porto e estava colocado no CIOE] de Lamego.»²
- «A situação em que o País se encontrava, era de convulsão política e social. Um oficial, Eurico Corvacho, [que se arroga brigadeiro graduado e] comandante da RMN, tinha ido à televisão denunciar a existência do ELP: fala de uma reunião em Salamanca, mostra uma fotografia, afirma tratar-se de uma organização terrorista.»³

¹ (Passos Esmeriz, em 17Mar95 a Bernardo); ² (José Manuel Belchior em 19Dez96, idem); ³ (Azevedo, op.cit pp.91)

1975 – Abril.12

Em Lisboa o PRP/BR leva a efeito um plenário de trabalhadores, onde é anunciada a existência dos *Comités Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros*.

- «A “esquerda unida” (Otelo, Rosa Coutinho, Fabião e outros), não estava queda nem muda. E na sequência dessa azáfama, o [comunista CR e comandante da AM capitão de engenharia graduado em] general [Duarte Nuno de Ataíde Saraiva Marques] Pinto Soares, [...] revela no dia 18/11 [18Nov75] a realização de várias reuniões tendentes à unificação da esquerda militar. Numa dessas reuniões estiverem presentes Rosa Coutinho, Arnão Metelo, [o comandante da RMN major graduado em] brigadeiro Corvacho, [o segundo-comandante do RPM] major Tomé, [e o comunista CR major da FAP José Gabriel Coutinho] Pereira Pinto.»¹

¹ (Adulcino, op.cit pp.45)

1975 – Julho.24

No Centro de Sociologia Militar em Lisboa, o CEME general graduado Carlos Fabião preside à *Assembleia do Exército*, perante a qual o CR capitão Vasco Lourenço apresenta a moção ontem aprovada na EPI-Mafra, mas que retira antes de concluída a sessão.

- «Efectuou-se a Assembleia do Exército, preparatória da Assembleia do MFA que viria a realizar-se no dia imediato. Nela foi apresentada, para conhecimento apenas – visto que foi seguidamente retirada da discussão –, a moção aprovada em Mafra e que tivera entretanto a aprovação dos oficiais [anti-Corvacho] da Região Militar do Norte.»¹

¹ (Ferreira, op.cit pp.532)

1975 – Julho.30

No QG do Porto, um grupo de oficiais manifesta-se abertamente contra o comandante da RMN brigadeiro graduado Eurico Corvacho, acusando-o de estar «ligado à linha gonzalvista-MFA».

1975 – Agosto.7

Em Lisboa o vespertino *Jornal Novo*, em duas sucessivas edições publica um *manifesto* que fica conhecido como *Documento dos Nove*, subscrito pelo ex-MNE major Melo Antunes e outros 8 oficiais do CR.

- «O documento foi terminado em 6 de Agosto e entregue ao presidente da República no dia seguinte com as assinaturas de nove Conselheiros da Revolução, donde o seu nome corrente. [...] O general Costa Gomes, depois de ter lido o documento e de o considerar de interesse, entendeu que ele não devia ser tornado público e menos ainda posto a circular pelas unidades militares para evitar perigosos divisionismos nas Forças Armadas, com o que não concordaram os promotores. [...] O número de subscritores do documento aumentou rapidamente, ao mesmo tempo que os opositores militares (5ª Divisão, Marinha, parte [dos pára-quadistas] da Força Aérea, comandante da RMN [brigadeiro graduado Eurico] Corvacho, o próprio COpCon), desenvolveram acções de impedimento e crítica violenta pedindo sanções militares para os promotores. A imprensa não deu acolhimento ao documento na quase totalidade, tendo o “Jornal Novo” [...] feito excepção publicando-o com a designação de “Documento Melo Antunes”, mais tarde corrigida para Documento dos Nove.»¹

¹ (Ferreira, op.cit pp.525,529-530)

1975 – Agosto.12

Em Viseu, eclodem tumultos contra as instalações do PCP, MDP/CDE, FSP UDP e PRP/BR, levando o *gonçalvista* comandante da RMN brigadeiro graduado Eurico Corvacho a afirmar, no Porto, que «a vontade do povo não está a ser respeitada, vivemos em Portugal numa anarquia total».

- «Isto aconteceu durante todo o “Verão Quente” de 1975, com especial incidência nos meses de Maio, Junho, Julho e Agosto, o que produziu realmente uma grande insatisfação. Depois ocorreu um pequeno abrandamento da acção do brigadeiro Corvacho e dos oficiais que o apoiavam, com a saída do Documento dos Nove. Mas não foi suficiente, a acção de contestação continuou.»¹
- «Verificada a incapacidade do V Governo Provisório, todas as forças políticas não comunistas e muitos militares exigem ao presidente da República a demissão de Gonçalves. É evidente a impaciência do Regimento de Comandos da Amadora, que Jaime Neves comanda sob a estreita vigilância de Soares Carneiro. Aqui e ali, pequenos motins do Algarve ao Minho apontam e sacrificam os comunistas como bodes expiatórios. A maioria das unidades militares aquarteladas na província, já não obedecem ao “comando operacional do continente” de Otelo Saraiva de Carvalho. Lisboa, a partir daí, é uma cidade isolada de um País em ebulição. No Porto o comandante da Região Militar do Norte, o major arvorado em general [i.e, brigadeiro] Eurico Corvacho, outro caso patológico de estupidez e crueldade, é muitas vezes desobedecido. As células dos CDL organizadas nos quartéis, vão-se apoderando dos comandos do Exército fora das principais cidades.»²

¹ (José Manuel Belchior, em 19Dez96 a Bernardo); ² (Múrias, op.cit pp.329)

1975 – Agosto.17

No norte de Portugal, os comandantes de seis unidades do Exército decidem deixar de obedecer ao *gonçalvista* comandante da RMN brigadeiro graduado Corvacho, ficando subordinados ao *grupo-novista* comandante da RMC brigadeiro graduado Franco Charais.

- «O Corvacho era acusado de contribuir para o caos verificado no interior das Forças Armadas. Havia no Norte unidades, como o RASP [ex-RAL2] ou o CICAP [ex-CICA1], que eram considerados autênticos focos subversivos. Embora considerasse o Eurico Corvacho um bom oficial, sempre coloquei certas reservas à sua actuação que, tanto aqui como antes, em Angola, me pareceu bastante passiva. O general Spínola, através de elementos da sua confiança, tinha ligações a algumas unidades militares. No Batalhão de Caçadores [BC10] de Chaves sabia-se da existência de ligações das forças da guarnição ao Calvão e ao Spínola. Tornava-se urgente uma disciplina militar que se sobrepusesse ao caos reinante em grande parte das unidades.»¹
- «Alguns comandantes de unidades da RMN transferiram a sua dependência para o comando da RMC, também com a finalidade de forçar o brigadeiro Corvacho a demitir-se.»²

¹ (Costa Gomes, op.cit pp.325-326); ² (Bernardo, “Equivocos” vol.II pp.237)

1975 – Agosto.19

Durante a madrugada no forte de São Julião da Barra, o general Costa Gomes, forçado pelo *Grupo dos Nove* e pelo comandante do COpCon, pondera a dissolução do VºGP. Por seu lado, o CEME general graduado Fabião determina que o *gonçalvista* brigadeiro graduado Corvacho – publicamente contestatário do *Documento dos Nove* –, seja suspenso do comando da RMN.

1975 – Agosto.25

No forte de São Julião da Barra, mantendo-se o directório do CR desde a noite de ontem reunido sob a presidência do PR provisório e CEMGFA general Costa Gomes, revoga a anterior ordem do CEME e reconduz no comando da RMN o *gonçalvista* brigadeiro graduado Corvacho.

- «Lembro-me de, numa célebre noite [24-25Ago75], em São Julião da Barra, ter recebido seis grupos diferentes, todos apostados em fazer uma revolução. Foi uma noite em que eu não dormi, pois saía um grupo, entrava outro, e todos queriam endireitar o País à custa de uma revolução. Depois de intermináveis diálogos, a todos disse o mesmo: “O primeiro que sair para a rua fica a saber que tem a minha oposição frontal e a de todas as tropas que me obedecerem”. Um dos grandes problemas do País eram as cisões verificadas nos meios militares, consequência dessas movimentações. E não apenas contra o [gonçalvista comandante da RMN brigadeiro graduado] Corvacho, mas também em relação ao [ausente comandante do COCPON e da RML general graduado] Otelo.»¹

¹ (Costa Gomes, op.cit pp.323-325)

1975 – Agosto.27

Em Lisboa, o PS promove uma *manif* contra a permanência do *gonçalvista* brigadeiro graduado Corvacho, no comando da Região Militar do Porto.

1975 – Setembro.5

Na EPE-Tancos, prossegue desde as 10:00 a assembleia extraordinária do Exército, com a maioria dos oficiais delegados do MFA e das principais figuras daquele Ramo: Carlos Fabião (CEME), Otelo Saraiva de Carvalho (comandante do COpCon e da RML), Eurico Corvacho, Franco Charais e Pezarat Correia (comandantes das RMN, RMC e RMS), Jaime Neves (comandante do RCmds), majores Melo Antunes (ex-MNE), Aventino Teixeira (controlador no grupo editorial “O Século”) e Moreira de Azevedo (“descolonizador” de São Tomé e Príncipe promovido a comandante da EPAM), e capitães Vasco Lourenço e Sousa e Castro (membros do CR).

– «A Assembleia decorreu até cerca das nove e meia da noite. Parecia que se encontrara uma plataforma de entendimento. Deixam de fazer parte do Conselho da Revolução: Vasco Gonçalves, Eurico Corvacho, Victor Crespo, L. Macedo e Ferreira de Sousa.»¹

¹ (Jornal Novo, 06Set75)

1975 – Setembro.9

Em Lisboa o PR provisório e CEMGFA general Costa Gomes, na sequência da proposta que na passada semana o Grupo dos Nove lhe apresentou, promulga a Lei 11/75 que institui a censura sobre «notícias e outros textos de natureza militar», nomeadamente «a divulgação de relatos, notícias, comunicados, moções ou documentos sobre acontecimentos ou tomadas de posição em unidades ou estabelecimentos militares, salvo se provenientes de determinadas entidades». Ao mesmo tempo, o CR decide exonerar deste órgão e do comando da RMN o brigadeiro graduado Eurico Corvacho, sendo nomeado o brigadeiro graduado Pires Veloso, que por inerência passa a integrar aquele CR.

– «Confidência do brigadeiro Corvacho a um amigo: “O problema é que sou avançado demais para aquela Região Militar.»¹

– «Com vista à conservação das estrelas de brigadeiro, o seu amigo Fabião quis colocar Corvacho no Comando Territorial do Algarve, o que foi repudiado pelos conterrâneos. Falou-se, depois, que iria frequentar um curso militar num país do “paraíso socialista”.»²

– «Abandonado pela tropa (na Região Militar do Norte, Eurico Corvacho tinha sido substituído por Pires Veloso, o libertador de São Tomé), o Partido Comunista revelava a sua fraqueza congénita. Reduzido a Lisboa, concentrara aí toda a força que lhe restava, uns pontos estratégicos no distrito de Setúbal, um município [Marinha Grande] isolado no distrito de Leiria, boa parte do distrito de Beja onde as herdades roubadas serviam de aquartelamento e de alcoice aos revolucionários estrangeiros que, vindos dos quatro cantos do mundo, tinham caído aqui a ajudar os comunistas.»³

¹ (Expresso, 13Set75); ² (Bernardo, “Os Comandos...” pp.118); ³ (Múrias, op.cit pp.340)

1975 – Novembro.27

Na sequência do “25 de Novembro” são detidos vários oficiais afectos à esquerda militar, entre eles o major Eurico Corvacho que é transportado sob escolta para o CIAAC-Cascais.

1981 – Janeiro.24

Passa à situação de reserva, com o posto de major.

1992 – Janeiro

Passa à situação de reforma com o posto de coronel, agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, e a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar.

2009 – Agosto.13

No hospital Amadora-Sintra dá entrada o coronel Corvacho, transferido de uma casa de saúde e em estado muito debilitado, ficando «internado em regime de isolamento na medicina 1A, 6º. Piso».

2009 – Setembro.21

Do hospital Amadora-Sintra, o coronel Corvacho é transferido para o IASFA em Oeiras.

2011 – Dezembro.21

Em Oeiras morre o coronel Corvacho, vitimado por doença prolongada.